

TEXTOS

angola

COLEÇÃO:
O POVO NO PODER

N.º 1

SAMORA MACHEL

Junho de 1975



**Assumirmos a Dimensão Internacional da Revolução é factor Fundamental
do Combate Vitorioso**

(Discurso pronunciado na reunião de abertura da 24.ª Sessão da O.U.A. — Organização da Unidade Africana, em Dar-Es-Salaam-Tânzania)

COLLEÇÃO
O POVO NO PODER
N.º 1
KAYAMA MACHINE
Junho de 1974

slogans

CAMARADAS AMIGOS EXCELÊNCIAS

A causa da libertação triunfa e, com a sua vitória, todos nós ficamos mais livres e mais unidos. Mais unidos porque em conjunto lutamos e oferecemos os nossos sacrifícios, forjamos na luta comum novos laços, relações mais estreitas.

Ao fim de dez anos de guerra o nosso povo derrubou o colonialismo português em Moçambique, derrotando as forças vivas que o mantinham. O que para alguns, dominados por concepções reaccionárias, racistas, parecia impossível, tornou-se realidade: a derrota de um exército colonial imperialista por um povo africano. O que para alguns, dominados por concepções imperialistas parecia irrealizável tornou-se um facto: a vitória de camponeses e trabalhadores contra um exército burguês, tecnicamente preparado, com experiência de guerras de agressão e poderosamente armado. A nossa luta demonstrou uma vez mais que um povo quando unido por uma linha correcta, quando determinado pelos seus interesses fundamentais, está em condições de esmagar qualquer agressor — por mais poderoso que este seja.

Propomos-nos analisar convosco a experiência adquirida no decurso da nossa luta libertadora, para em conjunto tirarmos as lições que importam.

UNIDADE E LINHA POLÍTICA

O primeiro facto decisivo da vitória, a força motriz de todo o progresso, o criador da história — é o povo unido e organizado. Foi a divisão dos nossos antepassados, a sua incapacidade em ultrapassarem conflitos tribais e rivalidades feudais, que permitiu à colonização vencer a resis-

tência e impor-se nos nossos países. Sem a unidade, lutaremos entre nós. Sem a unidade, os nossos próprios amigos e aliados estarão incapacitados de ajudar-nos porque não saberão a quem apoiar. A nossa divisão conduzirá, ainda, à divisão dos nossos amigos e aliados, que passarão a solidarizar-se com facções e não com o povo. Sobretudo, a nossa divisão habilitará o inimigo a definir alvos no nosso seio — alvos para os seus crimes e assassinios. A unidade do povo é a condição indispensável para qualquer combate victorioso. Mas só a linha política correcta é capaz de unir o povo. É essa linha que, exprimindo os interesses essenciais das massas laboriosas, exploradas e oprimidas, define os objectivos a atingir, o inimigo a combater, os métodos a serem seguidos. É esta linha que, sendo científica, conduz a distinguir o inimigo principal do secundário e, assim, leva a concentrar os nossos golpes contra o inimigo principal. É esta linha, ainda, que, interpretando as aspirações reais das massas, esclarece-nos sobre a verdadeira natureza do inimigo, habilitando-nos, assim, a detectá-lo a todo o momento, mesmo quando se camufla entre nós. É esta linha que nos permite não confundirmos nunca o amigo com o inimigo. E isto é tanto mais importante quanto nas condições históricas do colonialismo e imperialismo é fácil confundir o inimigo com uma raça ou com um povo.

Unidade e linha política não são coisas abstractas. Elas são algo de material e concreto que necessita de ser construído e continuamente consolidado. Como um ser vivo elas necessitam de ser alimen-

tadas e viver a transformação permanente. É na prática do combate do povo trabalhador pela defesa dos seus interesses, é na participação directa no processo de produção dos bens materiais; é na troca e síntese comum das experiências adquiridas neste processo que forjamos e temperamos a Unidade e a linha. A plataforma de Unidade é definida pela linha política. Esta, define essa plataforma em função da etapa exacta do combate, isto é, dos objectivos em jogo nesse momento, do inimigo que se opõe a esses objectivos.

Ao iniciarmos a luta a plataforma de unidade nacional assentava em dois pilares essenciais: a libertação da Pátria da dominação colonial portuguesa e o reconhecimento de que a luta armada era a única via historicamente viável para derubar o colonial-fascismo português. Esta plataforma mobilizadora engajou as largas massas do nosso País no seio da Frelimo. Do Rovuma ao Maputo, o Povo queria a independência nacional. Do Rovuma ao Maputo a repressão, as prisões, as deportações, os massacres tinham demonstrado a todos a impossibilidade de qualquer diálogo com o regime colonial-fascista.

CONTRADIÇÕES NO MOVIMENTO

No processo concreto de mobilização e organização das massas para a insurreição armada contra o colonialismo português, revelaram-se as forças que se opunham à Unidade. A linha de demarcação surgiu a propósito da luta armada que todos declararam apoiar.

Oportunistas e aventureiros, substituindo taticamente o inimigo, declararam que se deveria iniciar a luta sem qualquer preparação política. Desconhecendo a verdadeira dialéctica do combate, ignorando o nível de consciência real atingido, afirmavam que bastariam alguns tiros para que espontaneamente todo o País se levantasse. Finalmente, recusando-se a definir correctamente o inimigo, aquelas forças pretendiam considerar uma raça e um povo como alvo das nossas armas. Na realidade, aqueles elementos não desejavam uma luta armada levada às suas últimas consequências. O seu verdadeiro objectivo

consistia em bloquear o processo popular do combate, impedir o aprofundamento ideológico deste. Visavam utilizar os sacrifícios e sangue das massas apenas como meio de pressão que conduzisse à substituição de uma classe exploradora entrageira por uma classe exploradora nacional.

Estes factos tornaram-se evidentes quando a luta, tendo expulso de certas zonas as forças armadas e administrativas do colonialismo, criou as condições para o recomeço do processo produtivo. Com efeito, estes elementos tentaram abertamente impor o sistema de exploração, sabotando as cooperativas de produção e comércio que se criaram, para se apropriarem do fruto do trabalho popular. Estes elementos combatiam a criação de novos órgãos de poder com conteúdo democrático e popular com o objectivo de salvaguardarem a ditadura das classes exploradoras. Estes elementos combatiam a unidade entre o Exército e o Povo, opunham-se ao trabalho político no seio do Exército, recusavam a participação do Exército na produção com o intuito de bloquear o processo de criação de um Exército popular e fazer do Exército uma força repressiva ao serviço das camadas exploradoras. Estes elementos, recusavam a promoção e emancipação da mulher para impedir o processo revolucionário.

DA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO À REVOLUÇÃO

Este Comité da O.U.A. seguiu com atenção a crise de unidade que atravessou a Frelimo no período de 1966 a 1969, crise essa que culminou no assassinato do grande dirigente que foi o presidente Eduardo Chivambo Mondlane. Esta crise, este combate das largas massas trabalhadoras contra um punhado de exploradores, este conflito entre duas linhas políticas terminou com a vitória do Povo. A nossa unidade reforçou-se a nível superior, a nossa linha consolidou-se, e aprofundou-se. Este desenvolvimento da luta construiu uma nova plataforma da unidade. Ao combate contra o colonialismo, impunha-se acrescentar o combate contra os seus alia-

dos: o imperialismo, e as forças reaccionárias nacionais. A luta contra o sistema colonialista era imperativo associar a luta contra o sistema imperialista, contra o sistema de exploração do homem pelo homem.

Ao inimigo principal colonialista, era necessário juntar, igualmente, o tribalismo, o regionalismo e o racismo. Quer dizer, foi nesta fase que tomámos consciência de que para uma luta de libertação nacional sair vitoriosa, para um movimento poder conduzir à luta preservando a unidade do povo, é necessário ultrapassar o nacionalismo estreito e situar o combate num contexto revolucionário de independência nacional e de emancipação económica e social. Tendo-nos engajado neste processo, fomos capazes de transformar a luta armada de libertação em revolução, e levar o combate armado de libertação nacional à categoria de Guerra Popular de Libertação.

O povo assumiu inteiramente a nova plataforma. A sua determinação e unidade cresceram a um ponto tal que no período de Maio a Novembro de 1970, pudemos infligir a primeira derrota estratégica ao colonialismo. O aniquilamento da ofensiva «Nó Górdio» e a extensão da luta armada para o sul do Zambeze, e, mais recentemente, quando a vitória do nosso Povo se impusera já em Portugal, e Portugal, reconhecendo os nossos direitos e exigências connosco assinou o Acordo de Lusaka, as forças reaccionárias descascararam-se abertamente.

Foi ligados a estas forças reaccionárias nacionais que os ultracolonialistas tomaram a Rádio e criaram um clima de insegurança na capital com a intenção de provocar uma intervenção armada do imperialismo que impedisse o triunfo da Revolução. Esta acção inimiga visava essencialmente desacreditar a Frelimo e dividir as massas, provocar confrontamentos raciais com o objectivo supremo de desvirtuar o nosso combate, neutralizar a vitória popular e arrancar o poder às massas para o entregar às classes exploradoras. É por isso que a nossa plataforma de unidade tem que assentar na luta pela

consolidação e extensão do poder popular democrático contra as forças reaccionárias e o imperialismo.

DEFINIR CORRECTAMENTE A LINHA POLÍTICA

A unidade e a linha política correcta são dois factores essenciais da nossa vitória. Mas não são os únicos. Para que a unidade permaneça e se consolide, é necessário que a linha política seja constantemente defendida contra as agressões ideológicas e a subversão. Esta defesa é assegurada pela disciplina e vigilância. A disciplina é o respeito e o sentido das estruturas, a sentinela permanente da nossa linha política é o instrumento principal que torna as nossas forças operativas. Com elas está a vigilância que se inspira no espírito de servir o povo, que sensibiliza as massas e os combatentes a toda a acção ou palavra que nos desvie da nossa vida, que se oponha aos interesses populares.

O liberalismo, a falta de respeito pelas estruturas, a coexistência com o modelo de vida do inimigo, a complacência para com os vícios e costumes decadentes da sociedade velha, nomeadamente o alcoolismo, a droga, a corrupção sexual, são igualmente portas abertas para a degenerescência do Movimento de Libertação, para a infiltração dos agentes inimigos para a divisão nas nossas fileiras. A experiência histórica provou, amplamente, a existência de um antagonismo entre o gosto pela corrupção e as exigências da Revolução. A corrupção une-nos aos exploradores, enquanto a Revolução propõe-se derrubar os exploradores. Igualmente entre o conforto e a guerra há uma oposição total. O gosto pelo conforto não pode coexistir com a necessidade de sacrifício que a guerra de libertação impõe. Queremos com isto dizer que a defesa da disciplina e vigilância, o combate contra o liberalismo, requerem a coragem revolucionária para desencadearmos colectivamente a luta contra as ideias e gostos decadentes que herdámos da sociedade colonial e capitalista, ou feudal e tradicional.

DIMENSÃO INTERNACIONALISTA DA REVOLUÇÃO

O outro factor fundamental do combate vitorioso é a capacidade de assumirmos a dimensão internacionalista da revolução, porque uma luta revolucionária isolada está condenada ao fracasso.

Compreender e fazer assumir pelo nosso povo, combatentes e quadros, a dimensão internacionalista da nossa luta significa, primeiramente, que a nossa acção se inscrevia no combate global dos povos contra a dominação colonial e imperialista, contra a exploração do homem. Por outras palavras, o nosso combate era o combate geral da humanidade por uma nova sociedade — e justa. É esta dimensão internacionalista que nos permitiu definir correctamente os nossos aliados, a saber: os movimentos de libertação nacional, isto é, as forças que como nós combatem directamente a dominação estrangeira pela libertação da pátria e os países — nomeadamente africanos — que lutam pela consolidação da independência política, pela emancipação social e económica dos povos. Os países socialistas, que tendo derubado o sistema de exploração e edificado o poder das massas trabalhadoras constituem, por isso mesmo, a nossa retaguarda estratégica segura, os nossos aliados naturais. As forças democráticas e progressistas dos países capitalistas que numa trincheira difícil directamente combatem os mesmos sistemas que impõem a dominação colonial-imperialista sobre nós.

A dimensão internacionalista implica, também, a nossa capacidade de assimilar e beneficiar das experiências práticas e teóricas da luta revolucionária dos outros povos e de contribuirmos para o património revolucionário comum da humanidade.

Contrariamente às teses reaccionárias, a teoria revolucionária é única, é forjada e desenvolvida pelo combate e experiências de todos os povos, e é propriedade das massas trabalhadoras do mundo inteiro.

Finalmente, é a definição internacionalista que nos abre a imensa e poderosa corrente da solidariedade mundial — factor importante da nossa vitória.

O combate armado dos povos irmãos de Angola e da Guiné-Bissau conjugado

com o nosso, destruiu o regime colonialista português. A luta heróica e a vitória dos povos da Indochina, o combate da Palestina e dos povos árabes, o combate de todos os povos do Mundo, criaram condições para o desenvolvimento vitorioso da nossa luta. Os países socialistas, nossos aliados naturais, exemplarmente assumiram o seu dever internacionalista. A U.R.S.S., a República Popular da China, a República Democrática Alemã, a República Socialista da Roménia, a República Popular da Bulgária, a República Popular Democrática da Coreia, a República Democrática do Vietname, a República Federativa Socialista da Jugoslávia, não só não pouparam sacrifícios para tornar possível a nossa vitória como também assumindo as necessidades actuais se prontificam incondicionalmente a apoiar-nos na consolidação do nosso poder.

FASE FINAL DA LUTA: DERROTA DO COLONIALISMO

Camaradas, amigos, excelências:

A fase final da nossa luta iniciou-se no período de 1969 a 1970 quando, depois de aniquilar as forças reaccionárias no nosso seio e de definir uma plataforma superior de unidade, criámos as condições para transformação da nossa luta em Revolução, da nossa guerra de libertação em guerra popular, em Maio de 1970, após uma concentração brutal de forças e material apoiada por conselheiros militares imperialistas e no meio de uma imensa campanha de propaganda o colonialismo português desencadeia a grande ofensiva «Nó Górdio» com os seguintes objectivos:

Primeiro, desorganizar a vida das massas populares nas zonas libertadas, nomeadamente forçando as populações a nomadizarem-se destruindo o processo da produção; segundo, pelo terrorismo forçar as massas à capitulação aceitando o internamento nos campos de concentração ou a fuga para o exílio, retirando assim a base de apoio às forças populares de libertação; terceiro, ocupar a fronteira para bloquear a linha exterior de abastecimento das nossas forças; quarto, obrigar as nossas forças a aceitar uma confrontação directa com as forças inimigas

concentradas e superiormente equipadas com o objectivo de nos aniquilar rapidamente.

Armados da nossa linha política, apoiados nas massas, pudemos detectar desde o início os propósitos do inimigo e assim determinar as estratégia e tática adequadas. Deste modo, agimos de acordo com as linhas de força seguintes: primeiro, elevação do nível político das massas, combatentes e quadros — para reforçar a sua capacidade organizativa e determinação, assim como a sua iniciativa criadora; segundo, manter a todo o custo o processo de produção; terceiro, desenvolver a distribuição de armamento ao povo para reforçar a sua capacidade de punir o inimigo; quarto, dispersar as nossas forças de maneira a não fornecermos alvos para o inimigo ao mesmo tempo que explorávamos todos os alvos que ele nos fornecia; quinto, intensificar as acções na retaguarda inimiga para assim impor o terreno de combate e cortá-lo das suas próprias linhas de abastecimento.

Fizemos do inimigo um elefante enorme e desejado, arrastado e destruído pelo mar do povo organizado. Acumulámos numerosas pequenas vitórias que, no conjunto, formaram uma grande vitória.

A ofensiva portuguesa rapidamente se deteriorou. O inimigo perdeu a iniciativa, oferecendo-nos alvos contantes, o que lhes provocou baixas muito numerosas, tanto em homens como em material. «Nó Górdio» transformou-se numa grande derrota estratégica portuguesa, incapacitou para sempre o inimigo de retomar a iniciativa estratégica.

A derrota sofrida pelo inimigo teve repercussões imediatas em todas as zonas operacionais do país. Explorando a desmoralização das tropas coloniais, em Outubro do mesmo ano, as nossas forças estendiam a luta ao sul do Zambeze, cortando a comunicação vital com a Rodésia e ocupando o sul de Cabora Bassa. Paralelamente, os nossos combatentes progrediam ao longo do eixo Moatize-Mutarara, isolando assim a província de Tete de comunicações terrestres com o resto do país, cortando a principal via de abastecimento de Cabora Bassa.

Em meados de 1972 a luta armada atingia a província de Manica e Sofala, centro de implantação económica colonial-imperialista, centro estratégico de desdobramento das forças inimigas. Em Cabo Delgado e Niassa, a consolidação das zonas libertadas transformava-as em plataformas de lançamento da luta para as novas zonas.

Nas zonas ocupadas do país, em especial no sul, a intensificação do trabalho clandestino trazia para a luta política novas camadas de população. Os próprios trabalhadores de origem europeia, a juventude branca, eram ganhas para a causa popular. As vagas de repressão, a prisão de milhares de pessoas, o internamento de mais de um milhão de moçambicanos em campos de concentração a deportação e o assassinato de personalidades eminentes, inclusivamente de dirigentes religiosos, intensificaram o ódio de todas as camadas da população contra o regime opressor.

Em Dezembro de 1973, depois de analisar profundamente a situação das massas e a correlação de forças existentes, o Comité Central da FRELIMO lança a palavra de ordem mobilizadora da ofensiva generalizada em todas as frentes. Como preparação desta ofensiva o Comité Central toma decisões concretas, destinadas a popularizar a linha política e a luta; a fazer de todos elementos dinâmicos na aplicação dos princípios do combate, democratizar os métodos de trabalho, para tornar possível uma maior libertação da iniciativa criadora das massas, colectivizar a direcção para melhor utilizar as energias e capacidade de todos e permitir que em comum se sentissem as experiências.

A ofensiva ideológica e organizacional que tem lugar com a aplicação das decisões do Comité Central habilita-nos a lançarmos grandes ofensivas militares que conduzem as novas derrotas do inimigo. Há que sublinhar aqui que a política e a acção militar são inseparáveis como duas faces de uma mesma moeda. As maiores bases colonialistas são cercadas e atacadas. A segunda cidade do país,

Beira, vê cercar-se à sua volta um anel de ferro das nossas forças. Os eixos vitais Beira-Vila Pery e Beira-Inhamitanga são ocupados. A guerrilha estende-se ao Sul do país ao mesmo tempo que são criadas as condições para a extensão da guerra popular às províncias da Zambézia e Namíbia. O aniquilamento em poucas semanas da poderosa invasão rodesiana - sul - africana em Setembro de 1973 demonstra a inutilidade de qualquer intervenção estrangeira. Os círculos dirigentes do colonial-fascismo português e seus aliados constatam a iminência do colapso do seu esforço militar. As manobras políticas desesperadas, os massacres mais bárbaros que enchem de horror a humanidade aceleram o isolamento do regime e preparam a sua destruição final.

Conjugados com os sucessos dos nossos companheiros de armas na Guiné-Bissau e em Angola, as nossas vitórias tornam iminentes uma catástrofe sem precedentes na história militar portuguesa. Comentando esta situação em Moçambique, em 1974 o então Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas disse: «É o fim. As Forças Armadas atingiram o limite da exaustão». Paralelamente ao combate dos nossos povos, e associado a ele em condições difíceis, em condições de repressão, as forças progressistas e democráticas portuguesas levaram a cabo uma admirável acção de esclarecimento e mobilização contra a guerra colonial. Apoiados pelas organizações populares, forças patrióticas esclarecidas empreenderam acções armadas de sabotagem contra a máquina de guerra. É neste contexto que jovens oficiais portugueses saídos das camadas populares, consciencializados na confrontação com as nossas forças, esclarecidos pela acção política das forças democráticas portuguesas e animados de um verdadeiro patriotismo, derrubaram, em 25 de Abril, último, o regime fascista português.

O 25 DE ABRIL

Camaradas, amigos, excelências:

O 25 de Abril foi a vitória do M.F.A., das forças democráticas e progressistas portuguesas e do povo de Portugal. Esta

foi uma vitória comum dos nossos povos, da África e de Portugal, das forças progressistas mundiais. Foi, sobretudo, a vitória das ideias correctas sobre as ideias erradas.

As ideias correctas de libertação e revolução ganharam a jovem oficialidade portuguesa, que era chamada a servir a reacção, o colonialismo e o fascismo. Com legítimo orgulho a África pode afirmar que libertando-se, liberta o Mundo. Ao oferecer o seu sangue e sacrifícios ela fá-lo também pela causa da humanidade.

Os povos das colónias portuguesas, em pouco mais de dez anos de guerra, porque defenderam uma causa justa com métodos justos, foram capazes de libertar a sua pátria e contribuíram decisivamente para a libertação da própria metrópole colonial. cremos que esta é a primeira vez na História em que a vitória dos povos coloniais modifica radicalmente a situação política na metrópole. Não podemos apresentar melhor testemunho da nossa maturidade política, nem do nosso internacionalismo.

A nossa contribuição não cessa com o 25 de Abril. Tendo prosseguido o nosso combate armado, pela defesa das ideias justas, tornámos mais agudas as contradições entre as camadas reacçãoárias portuguesas dum lado, e o povo português, as suas forças democráticas, e a jovem oficialidade, do outro. O prosseguimento do nosso combate armado apoiou decididamente a solução dos conflitos a favor das forças do progresso que em Portugal levou à queda das forças mais reacçãoárias que subsistiam ainda no poder. Foi isso, conjugado com a acção desencadeada em Yaunde e Mogadíscio, que permitiu finalmente a solução política das guerras portuguesas de agressão.

Assim, Portugal reconheceu a República da Guiné-Bissau e evacuou as suas forças. Assim, Portugal tendo reconhecido o direito do povo moçambicano à sua independência, que se materializará em 25 de Junho, tendo aceite o princípio da transferência dos poderes para a FRELIMO, único e legítimo representante do povo moçambicano através da constituição do Governo de Transição presidido pela FRELIMO, assinou connosco o Acordo de Lusaka, estabelece a paz em Moçambique e

abre uma nova era para as relações de amizade e cooperação entre os nossos povos e países numa base de igualdade, não ingerência nos assuntos internos e interesse mútuo.

Resta a questão angolana. Para todos nós, constitui o teste decisivo da sinceridade portuguesa em aceitar o processo de descolonização, dentro do respeito dos interesses e sacrifícios populares. Até à finalização deste processo é nossa convicção de que é imperativo manterem-se as decisões da Cimeira de Mogadíscio e nomeadamente nos devemos abster de, unilateralmente, romper o isolamento diplomático de Portugal.

ACORDO DE LUSAKA :

GOVERNO DE TRANSIÇÃO

Camaradas, amigos, excelências:

Em 20 de Setembro, perante representantes da África, tomou posse o Governo de Transição de Moçambique. As tentativas desesperadas dum punhado de ultracolonialistas racistas, apoiados por um grupúsculo miserável de lacaios, fracassaram completamente.

Com a nossa direcção, o Governo de Transição tem a tarefa gloriosa de conduzir o país à independência em 25 de Junho, de destruir o aparelho colonial de estado e estender a todo o País o poder popular democrático, edificado já nas zonas libertadas.

Nestes poucos meses de poder conseguimos neutralizar a reacção. Numerosos e destacados dirigentes da reacção encontram-se já sob o controlo das massas populares.

Ao estendermos o nosso poder, paralelamente ao processo de instalação de novos órgãos de poder administrativo ao nível nacional, provincial e local, intensificámos o trabalho de mobilização e organização do povo no seio das empresas, locais de trabalho, estabelecimentos de ensino, locais de residência.

A pilhagem colonial, associada à guerra colonial, deixou-nos em herança a bancarota económica. O colonialismo contraiu centenas de milhões de dólares de dívidas, a indústria encontra-se em risco de para-

lisação, o comércio sem bens, a população na fome, na nudez.

De par com esta herança vergonhosa deixa-nos uma situação social caótica: em cinco séculos de dominação não há praticamente moçambicanos médicos, economistas, sociólogos, engenheiros, juristas, etc., que não sejam formados pelo colonialismo.

A guerra colonial deixa-nos uma sombria herança. Um milhão e meio de pessoas internadas em campos de concentração, que importa reintegrar na sociedade. Dezenas de milhares de refugiados que desejam regressar ao país. Milhares de vítimas de massacres, viúvas, órfãos, mutilados, etc., etc. Nas zonas urbanas e nos campos de concentração, o colonialismo difundia os vícios mais degradantes como o alcoolismo, a droga e a prostituição. É contra este passado de miséria, de decadência de costumes, que se engaja o nosso combate. Nesse sentido, nós organizamos e estaremos em condições para liquidarmos até ao fim da presente década as bases da miséria e prepararmos as condições para rompermos com o súbito desenvolvimento.

Tendo tomado a agricultura como base e a indústria como factor determinante, o nosso Governo prepara os planos do nosso desenvolvimento económico e social. Simultaneamente, organizamo-nos para o combate imediato contra o analfabetismo, contra as endemias e epidemias próprias ao desenvolvimento do colonialismo, contra as condições desumanas de alojamento nas cidades, contra a delinquência.

Sob a direcção da FRELIMO, aplicando criadoramente as palavras de ordem de Unidade, Trabalho e Vigilância o nosso Povo engaja-se numa nova e mais decisiva batalha.

COMITÉ DA OUA :

APOIO À LUTA DE LIBERTAÇÃO MOÇAMBICANA

Camaradas, amigos e excelências. O Comité de Libertação, este «banco de sangue» criado pela Organização da Unidade Africana soube assumir a sua tarefa histórica, em relação a Moçambique. Na luta

pela Unidade de Moçambique, o Comité de Libertação soube compreender e apoiar as posições correctas, as forças que realmente serviam os interesses populares. Isto permitiu bloquear a dispersão dos nossos esforços com grupúsculos aventureiros e consolidar a Unidade do Movimento Nacionalista.

O Comité de Libertação soube também popularizar a causa da libertação em todo o Continente. Dizíamos que era imperativo que a guerra de Libertação fosse sentida na carne e no nervo de cada africano.

Pensamos que numa larga medida, o Comité de Libertação soube responder a esta tarefa. O Comité de Libertação foi um instrumento precioso na mobilização internacional a favor da nossa causa, tanto no seio da O. N. U. e organismos especializados, como também junto à opinião pública internacional.

O Comité de Libertação foi sobretudo um canal essencial para pôr à nossa disposição os recursos da solidariedade africana. Se nem sempre estes recursos estiveram à altura das necessidades da luta e sobretudo das possibilidades africanas, essa é uma crítica que não atinge o Comité de Libertação porque disso não foi responsável.

Falamos do Comité de Libertação é também homenagearmos o Secretariado Executivo e todo o pessoal que infatigavelmente nele contribui. O secretariado é um instrumento permanente do Comité — o nosso instrumento de contacto diário com a corrente da solidariedade africana.

Felicitemo-nos da colaboração que sempre encontrámos neles, a profunda compreensão dos nossos problemas e a capacidade em assumir a urgência das situações. Estas qualidades e preocupações encontramos em particular no nosso amigo e camarada tenente-coronel Achim Mbita, secretário executivo do Comité. Colaborou sempre intimamente connosco. Pouco depois da sua nomeação, quis em pessoa estar connosco nas zonas libertadas do nosso país para se integrar na prática do nosso combate e assim melhor compreender as nossas necessidades e exigências.

Queremos salientar uma acção recente de um Secretariado que demonstra o seu alto nível de compreensão das exigências

na luta e o triunfo do espírito militante sobre o espírito burocrático.

Em 7 de Setembro, no momento de assinatura do Acordo de Lusaka, um punhado de reaccionários e ultra-colonialistas desencadeou uma grave provocação na capital moçambicana para bloquear o processo da independência e preparar a intervenção imperialista. Impunha-se esmagar imediatamente essa acção criminosa e reaccionária para salvaguardar a história do nosso Povo e a Paz restabelecida.

As forças armadas de que a FRELIMO dispunha na capital eram insuficientes e necessitavam de ser reforçadas com soldados em acção noutras zonas do país. O Secretariado-Executivo compreendeu estas exigências e imediatamente pôs à nossa disposição os aviões necessários para transportarmos para Lourenço Marques forças que se encontravam nas zonas operacionais.

É nosso dever, em nome da FRELIMO e do Povo moçambicano, é dever deste Comité, render homenagem ao Secretariado Executivo pela sua acção que consolidou a nossa vitória.

PREPARAR O FUTURO

Camaradas, amigos e excelências: a tarefa do Comité de Libertação em relação a Moçambique ainda não terminou, Moçambique só será independente em 25 de Junho. O Comité de Libertação tem neste momento, a missão importante de assegurar a materialização do 25 de Junho. Por outras palavras, consolidar a vitória dos nossos sacrifícios comuns.

Trata-se especialmente de acelerarmos a preparação dos quadros que manterão a segurança, a ordem e a paz contra inúmeras provocações e mesmo eventuais agressões. Importa pois, que se assumam esta missão, nomeadamente ao nível financeiro, e de fornecimento de equipamento, e que se actue em consequência.

É necessário debruçarmo-nos também sobre a nova situação criada no nosso continente pela vitória dos nossos povos.

Compete-nos tirar as lições da situação e sabermos utilizar as condições favoráveis existentes. Isto significa, no qua-

dro g3eral da nossa estrat3egia de Libertat33o, conservarmos duas t3aticas.

A primeira, dirigida 3s solu33es no quadro exclusivamente pol3itico.

A segunda, prevendo solu33es pol3itico-militares.

Fizemos dez anos de guerra e sabemos o que ela significa e exige de n3os. Queremos a Paz, mas estamos prontos a aceitar sacrificios que o nosso dever internacionalista exige.

A nossa vit3oria, conjugada com os esfor3os paci3entes que eminentes chefes de Estado, que s3o anti-imperialistas, fazem com que hoje a voz da raz3o e da justia se fa3a ouvir e se imponha.

«APOIAREMOS O POVO DA NAM3BIA»

Em Mo3ambique, a justeza da nossa linha ganhou todas as ra3as e todas as camadas sociais para a causa da independ3ncia nacional. Pensamos n3os que uma na33o, um povo, n3o se define na base de crit3rios falsos e reaccion3rios como a cor da pele, a origem tribal ou regional. Pensamos n3os que, tal como em Mo3ambique, no Zimbabwe, na Nam3bia, na 3frica do Sul, 3 poss3vel edificarem-se p3trias fraternas para todos que vivem do seu trabalho honesto e se querem definir completamente como Homens.

A fase actual, em que as For3as Patri3ticas souberam unir-se na base de uma plataforma justa, de uma plataforma que ganha todos os homens de boa vontade, 3 poss3vel tendo em conta a modifica33o de for3as e a determina33o do nosso continente encontrarem-se na paz, solu33es justas.

Essa mesma unidade e orienta33o correcta permitir3, caso se imponha a alterna3iva da viol3ncia libertadora, conduzir a luta 3 vit3oria, ganhando todas as ra3as e isolando o punhado de reaccion3rios.

Devemos felicitar e encorajar a consolida33o da Unidade do Movimento de Libertat33o do Zimbabwe, no seio do concelho nacional africano. Dentro das nossas possibilidades apoiaremos os esfor3os actuais para que o regime ilegal de Smith, aceite a vontade do povo e que avance rapidamente para a verdadeira independ3ncia

nacional, a independ3ncia ao servi3o das largas massas sem qualquer discrimina33o.

Se a via pacifica se revelar imposs3vel, pela obstina33o dos reaccion3rios racistas, n3o hesitaremos em cumprir o nosso dever de solidariedade como sempre o fizemos.

OS POVOS AFRICANOS QUEREM A PAZ

Apoiaremos igualmente o povo da Nam3bia sob a direc33o da SWAPO na luta pela independ3ncia nacional de acordo com o seu direito inalien3vel e a justa vontade da 3frica e da comunidade internacional.

A 3frica do Sul 3 um pa3s africano, exclu3ido da comunidade africana e internacional, devido 3 sua obstina33o em manter a pol3itica anti-humana de de «apartheid». Os dirigentes de Pret3ria anunciaram mudan3as radicais, mas nenhuma mudan3a pode ser considerada aut3ntica e aceit3vel desde que ela exclua o direito do Povo Sul Africano a dirigir o seu Pa3s.

3 s3o esta mudan3a que permitir3 criar a na33o sul-africana unida. O A.N.C. da 3frica do Sul, ao longo de v3rias d3cadas testemunhou a sua capacidade e vontade em construir uma nova sociedade no sul do continente, uma sociedade fundada no Homem e n3o na cor.

Entre os seus dirigentes contou-se um Pr3mio Nobel da Paz. A sua vontade de di3logo, que foi depois largamente testemunhada, n3o 3 poss3vel. N3o 3 a ele que pediremos um esfor3o, mas sim aos que sempre permaneceram surdos 3 voz da Justia e da Raz3o.

O Manifesto de Lusaka e a Declara33o de Mogad3scio demonstraram que o nosso continente quer a Paz, mas esta s3o 3 poss3vel com a justia e a liberdade, o respeito do direito de cada Povo a dirigir os seus destinos.

SAUDA33O AOS POVOS TANZANIANO E ZAMBIANO

Camaradas, amigos e excel3ncias. Esta 24.ª sess3o tem lugar em Dar-Es-Salam. 3 justo que celebremos aqui a vit3oria comum contra o colonialismo portugus.

A Tanzânia como a Zâmbia, constituíram para nós, moçambicanos, a base segura da retaguarda.

Ao dar-nos ajuda, ao unir-se a nós, os nossos camaradas e amigos Julius Nierere e Keneth Kaunda, os seus Governos, os seus Povos, aceitaram todos os sacrifícios para tornar possível a nossa vitória.

É certo que fronteiras comuns nos uniam mas com outros também tínhamos fronteiras comuns e essas fronteiras não serviam a luta. Ao contrário. Na realidade, o fundamento do apoio consequente que recebemos da Tanzânia e da Zâmbia, a base da amizade indestrutível que uniu a FRELIMO à TANU e UNIP, encontra-se nos princípios comuns que nos orientam.

Todos definimos o imperialismo e o sistema de exploração do homem pelo homem como nossos inimigos. Todos concentramos as nossas energias na edificação de regimes populares, regimes que se identificam com os interesses das largas massas trabalhadoras. Foi sobre esta plataforma revolucionária que se construiu a nossa amizade e solidariedade, quantas vezes regadas pelo sangue generoso de cidadãos da Tanzânia e Zâmbia, mortos pelas bombas e minas assassinas dos colonialistas.

Caro camarada e amigo Julius Nierere, Presidente da TANU, presidente da República Unida da Tanzânia:

A vitória da nossa luta e o consequente restabelecimento da paz em Moçambique, teve lugar no ano de 1974, ano proclamado pela TANU como ano de libertação, ano de grande mobilização popular em favor da solidariedade para a nossa luta e a dos povos irmãos.

O Povo moçambicano, aprendeu da Tanzânia a grande lição da fraternidade e do internacionalismo. Nunca nos sentimos estrangeiros na sua Pátria e em toda a parte nos rodeou o calor da solidariedade.

Apesar da vossa pobreza, apesar das vossas dificuldades, sempre aceitaram apertar mais o cinto para responder às necessidades da guerra em Moçambique. Nas vossas Povoações, o Povo, tirava um pouco do seu milho, da sua mandioca, um

cabrito, uma galinha para oferecer a Moçambique.

Quatro milhões de «shillings», quatro milhões de sacrifícios nos foram entregues na festa do vosso Partido, em 1974. Nos hospitais formaram-se bichas para oferecer sangue para Moçambique. O sangue da Tanzânia veio a salvar muitas vidas em Moçambique. Dizemos obrigado a si, ao seu Povo e ao seu Governo, é demasiado pobre. É pouco. Devemos, sim afirmar que soubemos aprender do vosso exemplo e que Moçambique, sob a direcção da FRELIMO, constituirá sempre para a Tanzânia, sob a direcção da TANU, um aliado seguro para consolidação e desenvolvimento da Revolução, da Revolução que a todos nos pertence.

FRENTE POPULAR AFRICANA ANTI-IMPERIALISTA

Camaradas, amigos e excelências: Entramos na fase final do combate africano pela Libertação Nacional contra o colonialismo. Neste combate, soubemos unir-mo-nos do Mediterrâneo e Mar Vermelho, ao Cabo, do Atlântico ao Índico.

Vencemos já o colonialismo português. Certamente que libertaremos as parcelas que restam do colonialismo francês, espanhol e britânico e, sobretudo, edificaremos novas soviedades livres, no sul do continente. Mas uma nova batalha se abre diante de nós. A batalha contra o imperialismo que continua presente na dominação económica e política e, quantas vezes, ainda presente mesmo com as suas bases militares ou até ocupando militarmente parcelas do nosso território como acontece na República Árabe do Egipto.

Devemos desenvolver por isso a plataforma da nossa unidade. Passarmos da frente anti-colonialista à larga frente popular anti-imperialista. Os factos testemunham que as condições são favoráveis para a vitória dos nossos povos, porque em toda a África queremos a Liberdade, queremos o Progresso. Queremos, por isso, um Poder que pertença às massas.

A LUTA CONTINUA!